

Trata-se da consolidação dos levantamentos jurídicos pela equipe do Departamento Jurídico no âmbito do Observatório Jurídico do Agro Paulista (OJA/FAESP). O objetivo é apresentar, de forma sintética e padronizada, os principais destaques na jurisprudência dos Tribunais relevantes para o setor.

JURISPRUDÊNCIA

1. Empresa deve ter oportunidade de ouvir testemunhas sobre ofensas que motivaram justa causa

💡 O TST determinou que testemunhas indicadas pela empresa devem ser ouvidas quando os depoimentos forem relevantes para esclarecer supostas ofensas que fundamentaram a dispensa por justa causa, sob pena de cerceamento de defesa.

📌 **RELEVÂNCIA:** Reforça a importância da produção robusta de provas em casos de justa causa. Empregadores devem assegurar a padronização da apuração interna (relatos, registros e identificação de testemunhas) mantendo a trilha documental consistente para sustentar a proporcionalidade e a imediatidate da penalidade aplicada.

🔗 <https://www.tst.jus.br/-/testemunhas-de-empresa-devem-ser-ouvidas-sobre-ofensas-que-motivaram-justa-causa>

2. Recusa à transferência não afasta estabilidade decorrente de acidente

💡 O TST reconheceu que a recusa do empregado à transferência de local de trabalho não afasta o direito à estabilidade provisória decorrente de acidente de trabalho.

📌 **RELEVÂNCIA:** Alerta empregadores de que a estabilidade acidentária possui proteção legal própria e não pode ser relativizada por atos posteriores do empregado. Medidas disciplinares ou rescisórias durante o período estabilitário devem ser avaliadas com cautela.

🔗 <https://www.tst.jus.br/-/recusa-a-transferencia-nao-afasta-direito-de-secretaria-a-estabilidade-por-acidente>

3. Empresa não responde por verbas de trabalhador de prestadora contratada

💡 O TST afastou a responsabilidade de empresa tomadora por parcelas trabalhistas devidas a empregado vinculado a empresa prestadora regularmente contratada, diante da ausência de elementos que configurassem terceirização ilícita.

📌 **RELEVÂNCIA:** A decisão reforça a licitude da terceirização quando observados os requisitos legais, reduzindo riscos de responsabilização automática do contratante, desde que comprovada a regularidade contratual e a ausência de subordinação direta.

🔗 <https://www.tst.jus.br/-/fabrica-de-laticinios-nao-e-responsavel-por-parcelas-devidas-a-ajudante-de-transportadora-contratada>

4. Empresa deve manter plano de saúde após adesão a PDV em caso de doença grave

💡 O TST determinou a manutenção do plano de saúde de empregada diagnosticada com doença grave após adesão a programa de desligamento, considerando a situação fática e a necessidade de preservar a continuidade assistencial.

📌 **RELEVÂNCIA:** Alerta empregadores quanto aos limites dos PDVs, especialmente quando envolvem trabalhadores em situação de vulnerabilidade. Benefícios essenciais, como plano de saúde, podem ser preservados judicialmente.

🔗 <https://www.tst.jus.br/-/telefonica-deve-manter-plano-de-saude-de-empregada-diagnosticada-com-cancer-apos-aderir-ao-pdv>

5. Pedido de adicional por acúmulo de função é julgado improcedente quando não comprovados requisitos

💡 O TRT-15 manteve a improcedência de pedido de adicional por acúmulo de função, destacando a necessidade de prova efetiva de atribuições estranhas ao pacto laboral e de incremento relevante e habitual de responsabilidades. A decisão reforça que alegação genérica de “acúmulo” não é suficiente.

📌 **RELEVÂNCIA:** A decisão reforça que o exercício de tarefas correlatas não gera, por si só, direito a acréscimo salarial. A descrição contratual e a compatibilidade das funções são elementos centrais para afastar condenações.

🔗 <https://trt15.jus.br/noticia/2026/7a-camara-mantem-improcedencia-de-pedido-de-adicional-por-acumulo-de-funcao-de-guarda>

6. Empresa é condenada por dano moral por não fornecer documentos necessários para levantamento de valores

💡 O TRT-15 reconheceu dano moral decorrente da omissão na entrega de documentos indispensáveis ao levantamento de valores pelo empregado, por entender configurado

prejuízo concreto e violação de deveres de cooperação e regularidade no pós-contrato pelo empregador.

📌 **RELEVÂNCIA:** Se faz imprescindível o cumprimento das obrigações acessórias legais após a rescisão contratual.

🔗 <https://trt15.jus.br/noticia/2026/universidade-e-condenada-por-danos-morais-por-nao-fornecer-guias-de-levantamento-de>

7. Contrato intermitente é incompatível com prestação contínua de trabalho

📌 O TRT-15 entendeu que o contrato intermitente não se compatibiliza com trabalho contínuo, quando a realidade demonstra habitualidade e previsibilidade incompatíveis com a lógica de alternância do art. 452-A da CLT. O Tribunal reforçou a primazia da realidade sobre a forma contratual.

📌 **RELEVÂNCIA:** Alerta empregadores sobre o uso indevido do contrato intermitente, que pode resultar em reconhecimento de invalidade do modelo, com repercussões em férias, 13º, FGTS, horas e demais parcelas. Para mitigar risco, adotasse o contrato intermitente apenas quando houver efetiva intermitência, com convocações registradas, pagamentos proporcionais corretos e controle de períodos.

🔗 <https://trt15.jus.br/noticia/2025/contrato-intermitente-nao-se-compatibiliza-com-trabalho-continuo-decide-8a-camara>

8. Diferenças de comissões são reconhecidas e condenação é ampliada por falhas de cálculo e comprovação

📌 O TRT-15 reconheceu diferenças de comissões devidas a empregado e ampliou a condenação imposta à empresa, diante da comprovação de critérios inadequados de pagamento.

📌 **RELEVÂNCIA:** Reforça a necessidade de regras claras, transparentes e documentadas para pagamento de comissões, evitando passivos decorrentes de interpretações desfavoráveis ao empregador.

🔗 <https://trt15.jus.br/noticia/2026/5a-camara-reconhece-diferencias-de-comissoes-e-amplia-condenacao-contra-varejista>

9. Condenação por segurança em máquinas é mantida e é determinada adequação a norma regulamentadora

💡 O TRT-15 confirmou condenação de elevado valor e determinou a adequação de máquinas às normas da NR-12, diante de falhas graves de segurança.

📌 **RELEVÂNCIA:** Serve de alerta quanto à fiscalização do meio ambiente do trabalho. O descumprimento das normas de segurança pode gerar condenações expressivas e obrigações estruturais imediatas.

🔗 <https://trt15.jus.br/noticia/2025/acordao-confirma-condenacao-de-r-500-mil-e-determina-adequacao-de-maquinario-nr-12>

10. Empresa é condenada por assédio moral após exposição vexatória de metas

💡 O TRT-2 reconheceu assédio moral em razão de práticas de gestão que expunham metas e resultados de forma vexatória, entendendo que a cobrança extrapolou limites de razoabilidade e atingiu a dignidade do trabalhador.

📌 **RELEVÂNCIA:** Cobrança de produtividade com exposição pública de desempenho é fator crítico de condenações por dano moral.

🔗 <https://ww2.trt2.jus.br/noticias/noticias/noticia/banco-e-condenado-por-assedio-moral-apos-exposicao-vexatoria-de-metas-em-agencia>

11. Honorários advocatícios são reconhecidos em execução individual de sentença coletiva

💡 O TRT-2 reconheceu a possibilidade de honorários advocatícios na execução individual de sentença coletiva, reforçando que a fase executória pode gerar custos adicionais relevantes, a depender do enquadramento jurídico e da dinâmica do cumprimento.

📌 **RELEVÂNCIA:** A decisão amplia o impacto financeiro das ações coletivas, alertando empregadores quanto aos custos adicionais que podem surgir na fase de execução individual.

🔗 <https://ww2.trt2.jus.br/noticias/noticias/noticia/justica-reconhece-honorarios-advocaticios-em-execucao-individual-de-sentenca-coletiva-contra-municipio>

12. TRF-3 afasta proibição judicial à exportação de animais vivos e rejeita embargos por ausência de omissão

💡 O Tribunal Regional Federal da 3ª Região manteve o entendimento de que não há vedação legal à exportação de animais vivos, desde que observadas as normas sanitárias e de bem-estar animal e comprovada a fiscalização estatal. Ao rejeitar os embargos de declaração, o colegiado concluiu que o acórdão enfrentou adequadamente as alegações de maus-tratos, inexistindo omissão, contradição ou obscuridade.

📌 **RELEVÂNCIA:** O acórdão consolida entendimento favorável à segurança jurídica e à previsibilidade regulatória das exportações pecuárias, ao reconhecer que a atividade é lícita quando cumpridas as normas sanitárias e de bem-estar animal e quando há fiscalização efetiva do Poder Executivo.

🔗 [5000325-94.2017.4.03.6135](https://www.conjur.com.br/2017.4.03.6135)

13. STF declara inconstitucionais leis catarinenses que proibiam hidrelétricas no Rio Chapecó

💡 O Supremo Tribunal Federal-STF julgou, por maioria de votos, que leis do Estado de Santa Catarina que proibiam a construção de Pequenas Centrais Hidrelétricas-PCHs no Rio Chapecó são inconstitucionais por invadirem competência da União para legislar sobre energia e uso de recursos hídricos. Com isso, fica autorizado, em termos constitucionais, o aproveitamento hidrelétrico na região observando a legislação federal aplicável.

📌 **RELEVÂNCIA:** A decisão do STF fortalece a segurança jurídica no uso de recursos hídricos e no planejamento energético, ao impedir que Estados imponham proibições gerais sem respaldo constitucional, trazendo previsibilidade regulatória para investimentos em áreas rurais, inclusive em projetos que dependem de energia estável e acessível.

🔗 <https://www.conjur.com.br/2025-dez-30/supremo-invalida-leis-que-proibiam-usinas-hidreletricas-no-rio-chapeco/>

14. STF reafirma limites à competência municipal e mantém invalidação de lei que vedava aterros sanitários em Município paulista

💡 O Supremo Tribunal Federal negou provimento a agravo regimental e manteve a decisão que afastou a suspensão de acórdão do TJSP que declarou inconstitucional lei municipal proibindo, de forma absoluta, a instalação de aterros sanitários e o recebimento de resíduos. A Corte entendeu não haver demonstração de grave lesão à ordem, à saúde, à segurança

ou à economia públicas, destacando que a invalidação da lei não dispensa o licenciamento ambiental nem autoriza empreendimentos irrestritos.

📌 **RELEVÂNCIA:** O julgamento reforça limites à edição de vedações municipais genéricas e desproporcionais, trazendo segurança jurídica de atividades rurais que dependem de soluções regionais de gestão de resíduos, evitando restrições locais que possam inviabilizar empreendimentos, elevar custos produtivos ou afetar cadeias integradas, sem prejuízo do rigor do licenciamento ambiental..

🔗 [AG.REG. NA SUSPENSÃO DE LIMINAR 1.804 SÃO PAULO](#)

15. TRF-3 afasta regularização em APP do Rio Paraná e confirma recomposição ambiental com indenização por dano ambiental

📌 A 3ª Turma do TRF-3 reconheceu que edificações situadas na faixa de 500 metros às margens do Rio Paraná configuram ocupação ilícita em Área de Preservação Permanente, afastando a aplicação de normas municipais de regularização fundiária. O colegiado manteve a obrigação de demolição e recomposição ambiental e afirmou a possibilidade de cumulação dessas medidas com indenização por dano ambiental, a ser fixada em liquidação de sentença, sem limitação temporal da multa diária.

📌 **RELEVÂNCIA:** O acórdão reforça a interpretação restritiva das hipóteses de regularização em APP, especialmente em áreas de risco e em bens de domínio da União, trazendo alerta em ocupações consolidadas próximas a cursos d'água de grande porte. Ainda, consolida o entendimento de que a reparação ambiental pode ser cumulada com indenização, elevando a exposição econômica em passivos ambientais e destacando a importância de planejamento fundiário, conformidade com o Código Florestal e segurança jurídica preventiva nas atividades agropecuárias.

🔗 [0002495-09.2011.4.03.6112](#)

16. TRF-3 mantém demolição em APP e afasta rediscussão de coisa julgada com base no novo Código Florestal

📌 A 3ª Turma do TRF da 3ª Região negou provimento a agravo de instrumento e manteve a rejeição da impugnação ao cumprimento de sentença que determinou a demolição de construções e a recuperação de Área de Preservação Permanente. O colegiado reafirmou a irretroatividade do novo Código Florestal, a impossibilidade de rediscutir matéria coberta

pela coisa julgada e a inaplicabilidade de alegada regularização urbana para afastar obrigação ambiental já transitada em julgado.

📌 **RELEVÂNCIA:** O acórdão reforça a estabilidade das decisões judiciais ambientais e limita tentativas de revisão de condenações definitivas com base em alterações legislativas posteriores ou programas municipais de regularização.

🔗 [5022897-09.2023.4.03.0000](#)

17. TJSP define base de cálculo do ITCMD com base no valor do IPTU/ITR

📝 O Tribunal de Justiça de São Paulo analisou a legalidade da base de cálculo utilizada para cobrança do ITCMD na transmissão de imóveis. O Estado defendia o uso do valor de referência do ITBI, previsto em decreto estadual, o que elevava o imposto devido. O Tribunal entendeu que essa prática é indevida, pois a lei estadual determina que o ITCMD deve ter como parâmetro mínimo o valor venal utilizado no IPTU ou no ITR. Ressaltou ainda que decreto não pode aumentar tributo. Foi mantida a possibilidade de o Fisco instaurar procedimento administrativo para apurar o valor correto, desde que dentro da lei.

📌 **RELEVÂNCIA:** A decisão reforça que tributos só podem ser majorados por lei e garante maior segurança ao contribuinte na cobrança do ITCMD.

🔗 [1009659-54.2025.8.26.0482.pdf](#)

18. CARF reconhece decadência e anula lançamento de ITR por erro na identificação do contribuinte

📝 O caso analisado pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais tratou da cobrança de Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR) referente a exercício antigo. A Receita Federal havia realizado um lançamento, mas ele foi anulado porque identificou incorretamente quem deveria pagar o tributo. Anos depois, o Fisco tentou fazer um novo lançamento, alegando que o erro anterior seria apenas formal. O CARF entendeu de forma diferente afirmou que errar o sujeito passivo não é um simples detalhe, mas um erro grave que compromete a própria validade do lançamento. Como já havia passado o prazo legal de cinco anos para a cobrança, foi reconhecida a decadência, o que levou à anulação definitiva do crédito tributário.

📌 **RELEVÂNCIA:** A decisão reforça que a identificação correta do contribuinte é essencial no lançamento tributário. Quando esse erro ocorre, o Fisco não pode refazer a cobrança

fora do prazo legal, garantindo maior segurança jurídica e proteção contra cobranças tardias.

🔗 [00010183725205201387 2001-007.928.pdf](#)

19. CARF reconhece área de reserva legal e anula cobrança de ITR

💡 O caso tratou da cobrança de ITR referente ao exercício de 2002, em razão da exclusão, pela fiscalização, de uma área de reserva legal do imóvel rural. O Fisco entendeu que essa área não poderia ser considerada para reduzir o imposto porque o Ato Declaratório Ambiental foi apresentado fora do prazo legal. O contribuinte recorreu e demonstrou que a área de reserva legal já estava regularmente averbada na matrícula do imóvel antes do fato gerador do imposto. O CARF acolheu o recurso e decidiu que a averbação no cartório é suficiente para comprovar a existência da reserva legal, tornando desnecessária a apresentação do Ato Declaratório Ambiental dentro do prazo. Com isso, a área foi restabelecida e a cobrança de ITR afastada.

📌 **RELEVÂNCIA:** A decisão confirma que, no ITR, a averbação da reserva legal no registro do imóvel é suficiente para excluir essa área da tributação, evitando cobranças indevidas.

🔗 [00013362000561200645 2001-007.927.pdf](#)

20. CARF mantém cobrança de Imposto de Renda sobre ganho de capital em venda de imóvel rural

💡 O caso analisou a cobrança de Imposto de Renda sobre o ganho de capital obtido com a venda de imóveis rurais. A fiscalização entendeu que o contribuinte apurou o ganho de forma incorreta, pois utilizou valores inadequados para calcular o custo de aquisição e o valor da venda. Como a alienação ocorreu antes da entrega da declaração específica do imóvel rural no ano da venda, o CARF entendeu que deveria ser usado o valor efetivamente recebido na venda, e não o valor da terra nua declarado em ano diferente. Também foram mantidos a multa aplicada e a incidência de juros pela taxa Selic, afastando discussões sobre constitucionalidade, por falta de competência do órgão administrativo.

📌 **RELEVÂNCIA:** A decisão esclarece que, na venda de imóvel rural realizada antes da entrega da declaração do ano da alienação, o ganho de capital deve ser calculado com base no valor efetivo da venda.

🔗 [00015956720158201149 2101-003.463.pdf](#)

BOLETIM JURÍDICO

JANEIRO 2026/ Ed.01



SINDICATOS
RURAIS

Rua Barão de Itapetininga, 224 Centro | 01042-907 | São Paulo/SP

[Facebook](https://www.facebook.com/faespsenarsp) | [Instagram](https://www.instagram.com/faesp_senarsp/) | [\(11\) 94710.8788](tel:(11)94710.8788)